

# INSURGÊNCIAS MACRO E MICROPOLÍTICA

## Dessemelhanças e entrelaçamentos

*O esgotamento dos recursos naturais provavelmente está muito menos avançado do que o esgotamento dos recursos subjetivos, dos recursos vitais que atinge nossos contemporâneos. Se nos satisfazemos tanto em detalhar a devastação do ambiente, é também para cobrir a assustadora ruína das subjetividades. Cada maré negra, cada planície estéril, cada extinção de espécies é uma imagem das almas em farrapos, um reflexo de nossa ausência de mundo, de nossa impotência íntima para habitá-lo.*

Comitê Invisível<sup>1</sup>

*É a relação da subjetividade com sua exterioridade – seja ela social, animal, vegetal, cósmica – que se encontra comprometida numa espécie de movimento geral de implosão e infantilização regressiva. A alteridade tende a perder toda a aspereza.*

Félix Guattari<sup>2</sup>

O planeta encontra-se hoje sob o impacto de forças vorazmente destrutivas – e nós com ele. Um mal-estar alastra-se por toda parte: são várias as sensações que nos lançam nesse estado. Uma perplexidade diante da tomada de poder mundial pelo regime capitalista em sua nova dobra – financeirizada e neoliberal –, que leva seu projeto colonial às últimas consequências, sua realização globalitária. Junto com a perplexidade diante desse fenômeno, somos tomados por um pavor diante de um outro, simultâneo, que contribui para o

<sup>1</sup> Comitê Invisível, *Aos Nossos Amigos: crise e insurreição*, trad. Edições Antipáticas, São Paulo: n-1 edições, 2016, pp. 37-38.

<sup>2</sup> Félix Guattari, *As três Ecologias*, trad. Maria Cristina F. Bittencourt, Campinas: Papyrus, 2012 (21ªed), p. 8.

ar tóxico da paisagem ambiente: a ascensão de forças conservadoras, com tal nível de violência e barbárie que nos lembra, para ficarmos apenas nos exemplos mais recentes, os anos 1930 que antecederam a Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, os anos de regimes ditatoriais que foram se dissolvendo ao longo dos anos 1980 (é o caso dos regimes militares da América do Sul e do governo totalitário da União Soviética, entre outros). É como se tais forças jamais tivessem desaparecido de fato, mas apenas feito um recuo estratégico temporário à espreita de condições favoráveis para sua volta triunfal, retomando seu *looping* que parece nunca ter fim.

### Neoliberalismo e (neo)conservadorismo

À primeira vista, a simultaneidade entre esses dois fenômenos nos parece paradoxal: são sintomas de forças reativas radicalmente distintos, assim como são distintos seus tempos históricos. O alto grau de complexidade, flexibilidade e sofisticação perversa, próprio do modo de existência neoliberal e suas estratégias de poder, está a anos luz do arcaísmo tacanho e da rigidez das forças abrutalhadas desse neoconservadorismo – cujo prefixo “neo” só faz sentido porque articula-se com condições sócio-político-econômicas distintas das anteriores. Porém, passado o choque inicial, vai se tornando evidente que o capitalismo financeirizado precisa dessas subjetividades rudes no poder, para fazer o trabalho sujo imprescindível para a instalação de um Estado neoliberal: destruir todas as conquistas democráticas e republicanas, dissolver seu imaginário e erradicar da cena seus protagonistas. Entre estes, são escolhidos prioritariamente os protagonistas à esquerda em todos os seus matizes, embora a ejeção inclua todos aqueles

que estorvam o regime na realização desses objetivos. E se os neoconservadores aceitam a incumbência é porque nesses objetivos específicos seus interesses coincidem com os dos neoliberais, o que permite sua aliança temporária.

A torpe subjetividade dos neoconservadores é arraigadamente classista e racista, o que os leva a cumprir seu papel nessa cena sem qualquer barreira ética e numa velocidade vertiginosa. Quando nem bem nos damos conta de uma de suas tacadas, uma outra já está em vias de acontecer, geralmente decidida pelo Congresso na calada da noite. O exercício dessa tarefa lhes proporciona um gozo narcísico perverso, a tal ponto inescrupuloso que chega a ser obsceno. Com seu trabalho sujo gozosamente realizado, prepara-se o terreno para ampliar ao máximo o livre fluxo de capital transnacional, já instalado no País há várias décadas.

### O mal-estar ultrapassa um limiar de tolerabilidade: o trauma

Mas o mal-estar não para por aí: soma-se à perplexidade e ao pavor uma profunda frustração com a atual dissolução em cascata de vários governos de tendência mais à esquerda pelo mundo, especialmente na América Latina – fruto da ascensão das forças reativas do conservadorismo e do neoliberalismo, temporariamente unidas. Tal frustração mobiliza a memória traumática da decepção com o destino funesto das revoluções do século XX, que se agrava com a constatação da impotência das esquerdas face a esse novo cenário.

Com a soma dessas sensações – perplexidade, pavor, frustração e decepção – o mal-estar ultrapassa um limiar de tolerabilidade. Um estado de alerta instala-se na subjetividade, como quando a escassez de recursos essenciais para a

vida passa de um limite que a coloca em risco. Somos então tomados por uma urgência que convoca o desejo a agir. As respostas do desejo a essas situações traumáticas oscilam entre dois extremos: um polo reativo, patológico, no qual nos despotencializamos, e outro ativo, no qual nossa potência vital não só se preserva, mas tende inclusive a intensificar-se. Nessa segunda resposta ao trauma, amplia-se o alcance de nossa mirada, o que nos permite ser mais capazes de acessar os efeitos da violência em nossos corpos, de sermos mais precisos em sua decifração e expressão e, com isso, mais aptos a inventar maneiras de combatê-los. É nessa experiência que despontam insurgências na cena social, performando novas estratégias em função dos problemas singulares que as deflagram.

Assim são as insurgências que vêm irrompendo por toda parte e que têm introduzido estratégias nas quais o par direita/esquerda deixa de ser um operador suficiente para delinear as forças em jogo e acertar os alvos do combate. São movimentos de insubordinação que têm surgido sobretudo nas gerações mais jovens (em especial nas periferias dos centros urbanos, particularmente entre negros, mulheres e LGBTQI), assim como nos povos indígenas e nas comunidades quilombolas.<sup>3</sup> Ora, não será exatamente a presença dessa mudança

3 Embora tais movimentos tenham começado no Brasil bem antes, há neste período um nítido avanço não só quantitativo, mas também qualitativo: eles passam a atuar igualmente na esfera micropolítica; fenômeno que ocorre também na cena internacional. Mas o fato de suas agendas não mais se limitarem à resistência macropolítica marcada pela reivindicação identitária não quer dizer que sua luta não continue nessa esfera, na qual, aliás, ela tem conseguido alguns logros significativos como a promulgação de leis que protegem seus direitos e a ampliação da presença na política de mulheres e membros das comunidades LGBTQI, negra e indígena. Um exemplo é a candidatura de Sonia Guajajara à vice-presidência do Brasil para as eleições,

de estratégia o que nos surpreende nesses novos movimentos insurrecionais? Não será precisamente isso o que neles nos fascina, apesar da dificuldade de decifrá-lo e nomeá-lo? E não será justamente a existência desses movimentos o que tem nos livrado de sucumbir à paralisia melancólica e fatalista em que nos lança a sombria paisagem que hoje nos rodeia? Nesses territórios em vias de formação, que vêm sendo cada vez mais povoados, há uma complexificação do alvo de combate, o qual passa a incluir um deslocamento das políticas de subjetivação dominantes. O horizonte que se alcança com essa nova modalidade de combate expande a abrangência de nossa visão, nos permitindo vislumbrar mais nitidamente a esfera micropolítica. Mas como se opera, nessa esfera, a violência do regime colonial-capitalístico?<sup>4</sup>

de 2018. Vale frisar que tais conquistas na esfera macropolítica ainda estão muito longe de uma ampla consolidação de seus direitos.

4 “Capitalístico” é uma noção proposta por Félix Guattari. O psicanalista francês parte da ideia de Karl Marx de que o capital sobrecodifica os valores de troca, submetendo assim o conjunto do processo produtivo a seus desígnios. Guattari estende essa ideia aos modos de subjetivação que, sob o regime capitalista, são igualmente sobrecodificados. Isto tem por efeito calar a singularidade dos idiomas próprios a cada vida. Mais grave ainda é seu efeito de interrupção dos devires – processos de singularização que se desencadeariam nos encontros entre os corpos e seus idiomas próprios –, assim como de bloqueio da transmutação da realidade e da transvaloração dos valores que tais processos tenderiam a produzir. Como na economia, com essa operação, as subjetividades tendem a submeter-se aos propósitos do regime os investindo com seu próprio desejo, reproduzindo o *status quo* em suas escolhas e ações. O sufixo “ístico” acrescentado pelo autor a “capitalista” refere-se a essa sobrecodificação, uma das operações micropolíticas medulares desse regime, a qual incide sobre todos os domínios da existência humana. Esta constitui uma das ideias mais inovadoras e fecundas do pensamento de Guattari, tendo sido retomada em sua posterior parceria com Gilles Deleuze desde *O Anti-Édipo*, seu primeiro livro em coautoria, como um dos principais eixos de sua obra conjunta.

## O abuso da força vital

O que caracteriza micropoliticamente o regime colonial-capitalístico é a cafetinagem da vida enquanto força de criação, transmutação e variação – sua essência e também condição para sua persistência, na qual reside seu fim maior, ou seja, seu destino ético. Esse estupro profanador da vida é a medula do regime na esfera micropolítica, a ponto de podermos designá-lo por “colonial-cafetinístico”. É a força vital de todos os elementos de que se compõe a biosfera que é por ele expropriada e corrompida: plantas, animais, humanos etc. São também cafetinados os outros três planos que formam o ecossistema planetário, dos quais depende a composição e manutenção da vida: a crosta terrestre, o ar, as águas.

A força vital de cada espécie viva tem características específicas. Freud atribuiu-lhe o nome de “pulsão” nos humanos para qualificar sua particularidade em nossa espécie e distingui-la do “instinto”; este é um dos conceitos centrais da teoria psicanalítica. O que para ele seria próprio do humano é a linguagem, assim como sua capacidade de criação, o que amplia o poder de variação das formas de vida. No entanto, ao reservar genericamente o termo “instinto” à força vital nos animais e considerar que a linguagem e o exercício da potência de criação que ela viabiliza se restringiria ao humano, revela-se no pensamento freudiano a permanência de um viés antropocêntrico e naturalizador.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Se a distinção que Freud estabelece entre o instinto nos animais e na espécie humana é, sem dúvida, um avanço, ainda assim o autor se mantém na tradição antropocêntrica ao pensar o instinto como um mero automatismo, esquema estereotipado de ações pré-moldadas. Ou seja, Freud ainda naturaliza o instinto, reservando a linguagem e a capacidade de criação exclusivamente à espécie humana. No entanto, já na época de seus escritos, estudos da Etologia

Levando isto em consideração, se quisermos tornar mais preciso o foco dessa especificidade, antes de mais nada temos que reconhecer que todas as formas de vida são portadoras de capacidade expressiva e criadora, não podendo portanto ser homogeneizadas sob o conceito genérico de “instinto”. Dito isto, o que distinguiria a força vital na espécie humana é que a linguagem de que ela dispõe para expressar-se é mais elaborada e complexa, o que amplia seu poder de variação das formas de vida, mas também, dependendo do contexto, pode restringir essa variação.

A esse respeito, em seus estudos sobre a pulsão, o psicanalista aponta que a ampliação de tal capacidade de variação em suas concretizações pode levar igualmente ao que ele chamou de “pulsão de morte”.<sup>6</sup> Não caberia aqui adentrar os meandros da complexidade desse conceito e de suas infinitas interpretações; há uma vasta bibliografia que encarrega-se disto. O que interessa aqui é apenas problematizar o uso do termo “morte” para qualificar esse destino da pulsão. Se, diferentemente de Freud, partirmos da ideia de que a pulsão é sempre “de vida” (ou “vontade de potência”, como a designa Nietzsche), diríamos que seu destino varia do mais ativo ao mais reativo (ou do mais “nobre” ao mais “escravo”, ainda segundo as designações propostas por Nietzsche). Nesse caso, o que o psicanalista

mostravam que todas as espécies, desde as mais rudimentares, são portadoras de atividade expressiva, a qual excede as funções instrumental e adaptativa e, inclusive, as potencializa. Desde então, vários estudos nos mostram que, se há uma especificidade da espécie humana nesse campo, ela consiste apenas no fato de a capacidade expressiva ser mais complexa. Ver Brian Massumi, *O Que os Animais nos ensinam sobre a Política*, São Paulo: n-1 edições, 2017.

<sup>6</sup> O conceito de “pulsão de morte”, introduzido por Freud, vem sendo objeto de um vasto debate que atravessa toda a história da Psicanálise; vale lembrar que várias abordagens do conceito de pulsão já estavam presentes na própria obra freudiana.

chamou de “pulsão de morte” corresponderia ao grau máximo de reatividade de pulsão de vida, seu grau de potência mais baixo – vale enfatizar, no entanto, que mesmo esse seu destino ainda é vida, vontade de potência. E se essa perspectiva de leitura faz diferença é porque as formas de sociedade resultam de um embate entre forças de vida ativas e reativas em diferentes graus, do qual depende a política dominante de subjetivação em cada contexto histórico, podendo prevalecer o destino reativo da pulsão, o que tem graves sequelas para a perseveração da vida.<sup>7</sup> No regime colonial-capitalístico, cuja

7 Se Freud logrou decifrar a dinâmica metapsicológica, faltou-lhe vislumbrar (pelo menos explicitamente) que as políticas dessa dinâmica são indissociáveis de um contexto histórico e, mais do que isso, são elas que lhe dão sua consistência existencial, que corresponde a determinados modos de vida e seus sintomas. Tal visão vem sendo desenvolvida desde então ao longo da história da Psicanálise e da Filosofia, de diferentes perspectivas, sendo a que orienta a obra de Félix Guattari e Gilles Deleuze uma das mais rigorosamente radicais. Estes autores contribuem para que vislumbremos que não há mudança possível de uma forma de realidade e seus respectivos sintomas sem que se operem mudanças do modo de subjetivação dominante. Se lemos a obra de Freud retrospectivamente a partir dessa perspectiva, podemos considerar que, para além do fato inegável de que o fundador da psicanálise introduziu um desvio na Medicina e na Psicologia, então nascente como ciência, há em sua obra uma linha de fuga que, embora jamais nela se explicita, é seu ponto de virada mais radical – uma espécie de potência clandestina portadora de um desvio também na Filosofia e, mais amplamente, na cultura e na política de desejo dominantes na tradição moderna ocidental colonial-capitalística. Do ponto de vista dessa linha de fuga, o psicanalista favoreceu a reconexão com o saber próprio de nossa condição de viventes, cujo acesso e a prática existencial guiada por esse saber haviam sido interrompidos no modo de subjetivação que predomina nessa tradição. E mais, ele o fez não só no plano teórico, mas também pragmático, indissociáveis em sua obra, ao introduzir um ritual – a prática psicanalítica – em que tal reconexão se dá por meio de um longo processo que poderíamos qualificar de “iniciático”. No entanto, a tendência que prevalece na história da psicanálise, como nos apontam Deleuze e Guattari, é, ao contrário, contribuir para a expropriação da produtividade do inconsciente ao submetê-la ao teatro dos fantasmas

política de subjetivação é a que nos interessa aqui decifrar, é precisamente essa a tendência dominante, a qual leva a uma interrupção dos processos de criação de novas formas de vida e faz de nossa espécie talvez a única que ouse interrompê-los a esse ponto, desviando a pulsão do que seria seu destino ético na vida humana. O efeito de tal desvio é a despotencialização da vida, o que chega hoje à destruição das próprias fontes de energia vital da biosfera – fontes que, nos humanos, incluem os recursos subjetivos para sua preservação.

Se a tradição marxista, originada no capitalismo industrial, nos trouxe a consciência de que a expropriação da força vital humana em sua manifestação como força de trabalho é a fonte de acumulação de capital, a nova versão do capitalismo nos leva a reconhecer que tal expropriação não se reduz a esse domínio. É que em sua nova dobra, a expropriação se refina e torna-se mais evidente que é do movimento pulsional em seu próprio nascedouro que o regime se alimenta. Ou seja, ele se nutre do próprio impulso de criação de formas de existência e de cooperação nas quais as demandas da vida concretizam-se, transfigurando os cenários do presente e transvalorando seus valores. Desviada pelo regime desse seu destino ético, a pulsão é por ele canalizada para que construa mundos segundo seus desígnios: a acumulação de capital econômico, político, cultural e narcísico. O estupro da força vital produz um trauma que leva a subjetividade a ensurdecer-se às demandas da pulsão.

edípicos, próprios da política de subjetivação dominante no regime colonial-capitalístico, que Freud equivocadamente estabeleceu como universal. Cabe a nós descolonizar a psicanálise, ativando sua potência clandestina e expandindo a linha de fuga presente em sua fundação não só no âmbito restrito das práticas psicoterapêuticas e mais restrito ainda dos consultórios, mas em todo o campo social. Isso implica em assumir a prática psicanalítica como um dispositivo essencial da insurreição micropolítica.

Isto deixa o desejo vulnerável à sua corrupção: é quando ele deixa de agir guiado pelo impulso de preservar a vida e tende, inclusive, a agir contra ela. Resultam dessa política de desejo cenários nos quais a vida se vê cada vez mais deteriorada: é isso o que faz com que a destruição da vida no planeta atinja hoje limiares que ameaçam sua própria continuidade.

É esta, precisamente, a violência do regime colonial-capitalístico na esfera micropolítica: uma crueldade própria de sua política de desejo perversa, sutil e refinada, invisível aos olhos de nossa consciência. É uma violência semelhante à do cafetão que, para instrumentalizar a força de trabalho de sua presa – no caso, a força erótica de sua sexualidade –, opera por meio da sedução. Sob feitiço, a trabalhadora do sexo tende a não perceber a crueldade do cafetão; ela tende, ao contrário, a idealizá-lo, o que a leva a entregar-se ao abuso por seu próprio desejo. E ela só se livrará dessa triste submissão se conseguir quebrar o feitiço da idealização do opressor. A quebra desse feitiço perverso depende de sua descoberta de que, por trás da máscara onipotente de poder sobre si mesmo e sobre o mundo com a qual o cafetão se traveste – máscara que ela interpreta como a garantia de sua proteção e segurança –, o que há de fato é uma miséria humana das mais sórdidas: o outro para ele é um mero objeto para seu gozo narcísico de acumulação de poder, prestígio e capital. Tal gozo lhe é proporcionado por seu poder de dominar o outro e instrumentalizá-lo a seu bel prazer. Em suma, o feitiço se rompe quando ela se dá conta de que o outro – inclusive e sobretudo ela mesma – não tem a mais mínima existência própria para o cafetão. Quando isto se desvela, dissolve-se suficientemente a dinâmica inconsciente que mantinha a profissional do sexo prisioneira de seu próprio personagem, coadjuvante do cafetão na cena perversa; sem seu personagem, tal cena não tem como sustentar-se.

Uma dinâmica perversa similar à do par prostituta-cafetão orienta o regime de inconsciente dos personagens da cena capitalista. Para marcar sua especificidade, proponho designá-lo por “inconsciente colonial-capitalístico”<sup>8</sup>, ou se quisermos ser mais precisos, podemos também designá-lo por “inconsciente colonial-cafetinístico”.

### **Estranho-familiar: o incontornável paradoxo da experiência subjetiva**

O principal traço desse regime de inconsciente é a redução da subjetividade à sua experiência como sujeito. Mas em que consiste essa experiência?

Intrínseca à condição cultural própria do humano e moldada por seu imaginário, a função do sujeito é nos capacitar para deciframos as formas atuais da sociedade em que vivemos, os lugares e funções, sua distribuição e suas dinâmicas

8 Propus a noção de “inconsciente colonial-capitalístico” há uma década para designar o regime de inconsciente próprio ao sistema no poder no Ocidente há cinco séculos (hoje no poder no conjunto do planeta). Recentemente me dei conta de que tal noção tem seus antecedentes em dois autores, cuja obra constitui um dos principais campos onde encontro reverberação para o que busco elaborar. O primeiro é Frantz Fanon, que já falava em “inconsciente colonial” nos anos 1950 – confesso, não sem uma certa vergonha, só ter lido há pouco tempo a indispensável obra deste autor, embora ele fizesse parte de meu imaginário desde os anos 1970, como um dos personagens centrais da revolução psiquiátrica e psicanalítica que teve lugar naqueles anos. O segundo autor é Guattari, que falava em “inconsciente capitalístico” desde o início dos anos 1980. A noção aparece inclusive em *Micropolítica: Cartografias do desejo* (Petrópolis: Editora Vozes, 1996), livro que escrevemos em coautoria – o que obviamente eu sabia, já que me dediquei à escrita deste livro durante quase quatro anos, de 1982 a 1986, data de sua primeira publicação; mas aqui também tenho que confessar, nesse caso sem o menor pudor, que o havia esquecido.

relacionais, seus respectivos códigos e representações. Tal decifração se faz pela prática da cognição, viabilizada pela inteligência e pela razão, a partir do que nos indicam nossas capacidades de percepção e sentimento (emoção psicológica). Estas últimas são marcadas pelos repertórios de representações socioculturais que estruturam o sujeito e sua linguagem. Associamos aquilo que percebemos e sentimos a certas representações e as projetamos sobre ele, o que nos permite classificá-lo e reconhecê-lo, de modo a defini-lo e produzir sentido. Nessa esfera da experiência subjetiva – sensorial, sentimental e racional –, o outro é vivido como um corpo externo, separado do sujeito; e a relação com o outro se dá pela via da comunicação, baseada no compartilhamento de uma mesma linguagem, o que permite a recíproca cognição. É na experiência do sujeito que se constituem os hábitos, os quais imprimem uma organização no espaço (concreto) e no tempo (cronológico) em nossa cotidianidade e nos proporcionam uma sensação de familiaridade. Essa é a esfera macropolítica da vida humana; habitá-la é essencial para a existência em sociedade. O problema do regime de inconsciente colonial-capitalístico é a redução da subjetividade à sua experiência como sujeito, o que exclui sua experiência imanente à nossa condição de viventes, o fora-do-sujeito. As consequências de tal redução são altamente nefastas para a vida. Mas em que consiste essa outra esfera da experiência subjetiva?

Em nossa condição de viventes somos constituídos pelos efeitos das forças do fluxo vital e suas relações diversas e mutáveis que agitam as formas de um mundo. Tais forças atingem singularmente todos os corpos que o compõem – humanos e não humanos –, fazendo deles um só corpo, em variação contínua, quer se tenha ou não consciência disto. Podemos designar esses efeitos por “afetos”. Trata-se de uma

experiência extrapessoal (pois aqui não há contorno pessoal, já que somos os efeitos cambiantes das forças da biosfera – e dos demais planos de que é feito o ecossistema do planeta –, os quais compõem e recompõem nossos corpos), extrassensorial (pois se dá via afeto, distinto da percepção, própria do sensível) e extrassentimental (pois se dá via “emoção vital”, distinta da emoção psicológica que chamamos de “sentimento”). O modo de decifração próprio do poder de avaliação dos afetos é extracognitivo, o que costumamos chamar de “intuição”. No entanto, o uso desta palavra se presta a mal-entendidos por sua desqualificação em nossa cultura que, ao reduzir a subjetividade ao sujeito, despreza tudo aquilo que não é da ordem da cognição que lhe é própria e nos impõe a hegemonia de um logocentrismo. Por essa razão, proponho substituí-la por “saber-do-corpo” ou “saber-do-vivo”, um “saber eco-etológico”.

Diferentemente da comunicação, o meio de relação com o outro nessa esfera é a ressonância intensiva, na qual não há distinção entre sujeito cognoscente e objeto exterior, como é o caso na experiência do sujeito. Na experiência subjetiva fora-do-sujeito, o outro vive efetivamente em nosso corpo, por meio dos afetos: efeitos de sua presença em nós. Tais efeitos se dão no âmbito da condição de viventes que ambos compartilham, e que faz deles um só corpo. Ao se introduzirem em nosso corpo, as forças do mundo compõem-se com as forças que o animam e, nesse encontro, o fecundam. Geram-se assim embriões de outros mundos em estado virtual, os quais nos produzem uma sensação de estranhamento. Esta é a esfera micropolítica da existência humana; habitá-la é essencial para nos situarmos em relação à vida e fazermos escolhas que a protejam e a potencializem. Estar à altura da vida depende de um processo de criação que tem

sua temporalidade própria, distinta do tempo cronológico da esfera macropolítica em que o ritmo é previamente estabelecido. Desse processo resultam devires de si e do mundo, diferentemente da dinâmica própria à esfera macropolítica, na qual as formas vigentes se repetem por princípio.

### **O mal-estar do paradoxo convoca o desejo a agir**

O familiar e o estranho, sensações totalmente distintas que nos vêm respectivamente das experiências subjetivas do sujeito (o pessoal) e do fora-do-sujeito (o extrapessoal), funcionam simultânea e indissociavelmente, mas segundo temporalidades díspares, assim como são díspares suas lógicas e dinâmicas. Não há entre elas qualquer possibilidade de síntese conciliadora ou de tradução; sua relação é marcada por um paradoxo, por princípio, incontornável. É que os embriões de futuros disparam o movimento pulsional de sua germinação, o qual leva a vida a plasmar-se em outras formas de mundo. Estas não se desenham por oposição às formas vigentes, mas pela afirmação de devires cujos efeitos colocam em risco a continuidade das mesmas. Desestabilizada pela experiência paradoxal do estranho-familiar, a subjetividade se vê então tensionada entre dois movimentos. De um lado, o movimento acima descrito que a pressiona em direção à conservação da vida em sua potência de germinação, para corporificar-se em novos modos de existência. De outro, um movimento que a pressiona em direção à conservação dos modos vigentes, nos quais a vida se encontra temporariamente materializada e a subjetividade está habituada a reconhecer-se em sua experiência como sujeito.

O mal-estar provocado pela tensão entre estranho e familiar, bem como entre os dois movimentos desencadeados por

essa experiência paradoxal, é o que coloca a subjetividade em estado de alerta, tal como nos acontece nos dias de hoje. Isso resulta do fato de que o mal-estar é um disparador de alarme que convoca o desejo a agir para recobrar um equilíbrio vital, emocional e existencial – equilíbrio abalado pelos sinais de um mundo nascente, simultâneos e indissociáveis dos sinais de dissolução dos mundos vigentes. Impõe-se ao desejo uma negociação constante entre esses dois movimentos. É precisamente nesse ponto que se definem as políticas do desejo – das mais ativas às mais reativas. O que diferencia as micropolíticas é o tipo de negociação entre os dois referidos movimentos que o desejo privilegiará em suas ações. Essa escolha não é neutra, pois dela resultam distintos destinos da pulsão que implicam distintas formações do inconsciente no campo social, portadoras de maior ou menor teor de afirmação da vida. Esta é a base micropolítica sobre a qual todo e qualquer regime sociopolítico-econômico-cultural adquire sua consistência existencial. Sendo assim, é do embate entre políticas do desejo que se constitui o campo de batalha na esfera micropolítica.

### **O inconsciente colonial-capitalístico**

Nas subjetividades sob domínio do inconsciente colonial-capitalístico, reduzidas que são a sua experiência como sujeito, prevalece uma micropolítica reativa: tende a impor-se em maior ou menor escala o movimento de conservação das formas de existência em que a vida se encontra corporificada no presente. É que, dissociada de sua condição de vivente e desconhecendo o processo contínuo de mutação próprio à dinâmica vital (dinâmica pulsional, no humano), a subjetividade vive a pressão dos embriões de mundo como ameaça de desagregação

de si mesma e de seu campo existencial, já que “este mundo”, aquele em que o sujeito habita e no qual se estrutura, é por ela vivido como “o mundo”, único e absoluto. Nessas condições, para recobrar um equilíbrio, o desejo agarra-se às formas estabelecidas, as quais busca conservar a qualquer custo. E quanto maior a desestabilização, mais veementemente a subjetividade acastela-se no instituído e o defende com unhas e dentes, podendo chegar a altos níveis de violência para garantir sua permanência – inclusive a eliminação concreta de qualquer outro que não seja seu espelho e cuja existência tenha por efeito abalar a fé na absoluta universalidade de seu mundo.

É essa separação da subjetividade em relação à sua condição de vivente que prepara o terreno para que o desejo se entregue (gozosamente) à cafetinagem da pulsão, de cujos movimentos ele é o executor. A entrega manifesta-se sob o modo da redução da potência pulsional de “criação” de novos modos de existência em resposta às demandas da vida, ao mero exercício de sua capacidade “criativa”, a ser investida na composição de novos cenários para a acumulação de capital. No lugar da criação do novo, o que se produz (criativa e compulsivamente) são “novidades”, as quais multiplicam as oportunidades para os investimentos de capital e excitam a vontade de consumo. Ou seja, a potência vital passa a ser usada para a reprodução do instituído; apenas mudam-se suas peças de lugar ou se fazem variações sobre as mesmas – com maior ou menor criatividade. Em situações de crise, o desvio da pulsão e a entrega do desejo a seu abuso se intensificam, manifestando-se em movimentos de massa que clamam pela manutenção do *status quo*, como é o caso da vertiginosa ascensão do conservadorismo na atualidade.

Em ambos os tipos de ação desejante reativa frente à experiência do estranho-familiar – a redução da criação à

criatividade e os movimentos conservadores –, o gozo do sujeito vem da ilusão de garantir sua estabilidade e seu pertencimento, placebo para o medo de estigmatização e vergonha social que a desestabilização de seu mundo lhe provoca, por interpretá-la como perigo de colapso. O que resulta desses tipos de ação desejante é um destino funesto da pulsão: a interrupção do processo de germinação da vida coletiva. E se é na existência coletiva que esse processo se interrompe é porque mesmo que tal germinação seja apenas brecada na existência de um indivíduo ou grupo, ela gera necessariamente um ponto de necrose na vida do corpo social e na de seu ambiente. Este é um exemplo da política dominante de subjetivação na qual se produz a mencionada tendência que, ao que tudo indica, é exclusiva à espécie humana: agir contra a vida.

O abuso profanador da pulsão é difícil de captar, já que ele se dá numa esfera que escapa à consciência e cuja experiência é anestesiada no modo de subjetivação hegemônico, sob o feitiço da sedução perversa que captura as subjetividades. Porém, suas inúmeras manifestações no campo social são plenamente acessíveis àqueles que toleram manter-se atentos aos processos de degradação da vida, presentes em cada um dos sintomas de sua violação. Os mais óbvios são as relações com o meio ambiente geradoras de desastres ecológicos. Ou ainda as relações de poder classistas, machistas, homofóbicas, transfóbicas, racistas, xenofóbicas, chauvinistas, nacionalistas, colonialistas etc. Se nesses dois tipos de exemplo da manifestação do abuso da pulsão o sujeito confina o outro num lugar imaginário de objeto a seu serviço – como nas relações de poder no modo-cafetinagem –, no conjunto de fenômenos evocados no segundo exemplo tal abuso é sustentado por um imaginário que projeta sobre esse outro, reduzido a objeto,

uma suposta natureza inferior ou mesmo sub-humana. Tal projeção pode chegar a sua total invisibilização e inexistência e até levar a seu extermínio, que, em casos extremos, culmina com o desaparecimento de seu corpo (é o que o nazismo chamou de “solução final”, referindo-se à sua política de relação com o outro quando esta atingiu sua mais extrema e explícita radicalidade, com o uso de câmaras de gás e fornos crematórios; solução posteriormente adotada, entre outros, pelos regimes ditatoriais nos anos 1960 a 1980 na América Latina, com procedimentos distintos – como jogar os corpos no mar –, e que gerou a categoria de “desaparecidos”).

Os exemplos de manifestações do abuso profanador da vida acima mencionados não são portanto epifenômenos do regime, mas sintomas de sua própria medula na esfera da política dominante de desejo e de subjetivação. Diante disto, fica evidente que não basta subverter a ordem dos lugares destinados a cada um dos personagens em jogo na cena das relações de poder (insurreição macropolítica), é preciso abandonar os próprios personagens e suas políticas de desejo (insurgência micropolítica), inviabilizando assim a continuidade da própria cena – como ocorre quando se dá a quebra do feitiço do poder do cafetão na subjetividade de sua presa. Com lógicas e temporalidades díspares e paradoxais, da insurgência contra a violência em ambas as esferas depende, incontornavelmente, a dissolução do regime por toda parte e em cada uma das atividades humanas. Esta é a condição *sine qua non* para que se viabilize uma transmutação efetiva do presente, já que, em sua nova versão, o regime logrou colonizar o conjunto do planeta, incidindo macro e micropoliticamente em todas as suas entranhas, ao ponto de que hoje nenhuma atividade humana lhe escapa. Daí Guattari chamar o novo regime de “Capitalismo mundial integrado”,

já no início dos anos 1980, quando este apenas começava a mostrar seus sinais,<sup>9</sup> ou Milton Santos chamá-lo de “capitalismo globalitário”.

Nesse novo cenário conseguimos vislumbrar a razão da impotência das esquerdas – sobretudo as tradicionais e, mais ainda, as institucionais – face aos desafios do presente: aquilo que chamou-se de “resistência” nessa tradição reduz-se à esfera macropolítica, o que limita o horizonte de alcance de sua visão e, portanto, o êxito de suas estratégias.

### **Afinal, o que faz com que as esquerdas hoje estejam tão perdidas?**

Antes de mais nada, somos forçados a reconhecer que, se a atual guinada à direita no poder do Estado contribuiu para a impotência das esquerdas, tal impotência não se explica apenas como resultado de forças externas adversas. Sua causa encontra-se também em seu próprio interior. Nisto reside talvez sua maior dificuldade, que inclusive compromete seu combate contra tais forças externas. A forma de mundo em que se movem as esquerdas tradicionais é a mesma em que tendem a mover-se todos os demais no regime colonial-capitalístico – pois é nesse regime que as esquerdas têm sua origem e seus desdobramentos ao longo do tempo. Como é apenas na esfera macropolítica que elas atuam, o resultado de

<sup>9</sup> Félix Guattari, “*Le Capitalisme Mondial Intégré et la Révolution Moléculaire*”, relatório de palestra proferida em seminário do grupo CINEL, em 1980. Publicado em português como “O Capitalismo Mundial Integrado e a Revolução Molecular” no livro *Revolução Molecular: Pulsões políticas do desejo* (coletânea de textos de Guattari organizada e traduzida por Suely Rolnik), São Paulo: Editora Brasiliense: São Paulo, 1981.

suas ações permanece confinado na própria forma de mundo que sua (nossa) luta tem como alvo. A perspectiva que orienta o combate das esquerdas tradicionais, em suas várias vertentes, tende assim a perpetuar a lógica do próprio regime que elas (nós) visam(os) ultrapassar. Tendo isso em vista, não é de se surpreender que suas ações não logrem combatê-lo e resultem sempre em sua triste e frustrante reprodução.

É incontestável que, no interior desse regime onde atuam as esquerdas, sua posição é a mais justa, pois, de diferentes maneiras e em diferentes medidas e escalas de êxito e fracasso, ela visa a uma distribuição de lugares menos assimétrica – nos âmbitos social, econômico e político –, bem como um Estado que sustente essa ampliação da igualdade. E é fato que, com distintas magnitudes e durações, tal objetivo foi várias vezes alcançado. Se essa luta é, sem dúvida, indispensável e tem um inegável valor, o problema é que limitar-se a ela deixa de fora a esfera micropolítica: esfera das formações do inconsciente no campo social que definem os modos de existência e às quais correspondem uma certa política dominante de subjetivação e sua respectiva política de desejo (relembrando que tais micropolíticas constituem a base existencial de todo e qualquer regime sociopolítico-econômico-cultural).

E mesmo quando as esquerdas, principalmente as tradicionais, abordam os modos de existência, tendem a fazê-lo apenas desde uma perspectiva macropolítica: tais modos são classificados em entidades identitárias, nas quais são confinados e com as quais tendem a confundir-se as próprias subjetividades que os praticam, passando a resistir apenas nesse âmbito. Isto é particularmente grave quando se trata de camadas sociais desfavorecidas, ao lado das quais se dá prioritariamente a luta das esquerdas. Estas tendem a classificá-las na categoria “operário”: lugar identitário fetichizado,

destinado aos oprimidos em seu imaginário, por ser este limitado às relações de classe e às visões de mundo e de insurreição originadas no capitalismo industrial. E quando se trata de setores da sociedade que não têm como serem encaixados em tal categoria (por exemplo, indígenas, quilombolas, trabalhadores terceirizados e precarizados, imigrantes ilegais, refugiados), o que as esquerdas tradicionais buscam é promover sua “inclusão” no mapa oficial da democracia, de modo que possam aceder aos direitos dos operários.<sup>10</sup> Se aceder a direitos civis é essencial, no entanto a redução a essa meta e, sobretudo, a partir de uma negação da experiência singular de tais agentes sociais e de seu direito de existir – a qual é substituída pelas esquerdas por uma caricatura identitária –, tende a levá-los a uma adaptação submissa ao modo hegemônico de subjetivação.

Limitar-se a promover “inclusão” como sua principal meta – senão a única – não só revela que as esquerdas tradicionais, de fato, tendem a tomar a cartografia dominante como referência, mas, mais do que isso, que elas a consideram como “a” referência, absoluta e universal, segundo a qual todas as demais deveriam moldar-se. É que, do ponto de vista da cartografia dominante – da qual, nesse aspecto, as próprias esquerdas compartilham –, as diferenças de qualquer modo de existência em relação ao seu são avaliadas como índices

<sup>10</sup> Ver a esse respeito a citação de Eduardo Viveiros de Castro numa conversa com Marcio Ferreira da Silva, incluída em uma reportagem de Rafael Cariello (“O antropólogo contra o Estado”, publicada na *Revista Piauí* em dezembro de 2013): “O PT, a esquerda em geral, tem uma incapacidade congênita para pensar todo tipo de gente que não seja o bom operário que vai se transformar em consumidor. Uma incapacidade enorme para entender as populações que se recusaram a entrar no jogo do capitalismo. Quem não entrou no jogo – o índio, o seringueiro, o camponês, o quilombola –, gente que quer viver em paz, que quer ficar na dela, eles não entendem.”

de atraso nas etapas de um suposto determinismo que seria próprio ao “progresso civilizatório”, ao qual estaria destinado o conjunto da humanidade. Neutraliza-se assim a experiência singular dessas subjetividades e denega-se toda e qualquer alteridade. Mais grave ainda é que, com isso, perde-se o acesso à imprescindível experiência de habitar a trama relacional tecida entre distintos modos de existência e, sobretudo, de sustentar os possíveis efeitos transformadores que disto decorreriam, tornando caduca a cartografia dominante. Em outras palavras, o que se interrompe com essa visão reduzida à macropolítica é a possibilidade da força vital cumprir seu destino ético: a invenção de respostas às necessidades de mudança, advindas precisamente dos efeitos da alteridade (humana e não humana) nos corpos que compõem o tecido social. É a partir de tais efeitos que emergem os devires da vida coletiva, próprios da insubordinação micropolítica.

E quando tais devires acontecem e novos modos de existência emergem na vida coletiva, eles são lidos pelas esquerdas com a mesma lente, o que faz com que estas tendam igualmente a confiná-los em entidades identitárias. É o caso, por exemplo, de como elas reagem aos movimentos que hoje alargam o terreno de experimentação na sexualidade, os quais abalam as noções de gênero, assim com as de hetero e homossexualidade que orientam as práticas hegemônicas nesse campo – noções que confinam e modelizam a força erótica, cuja possibilidade de variação e transfiguração seria indispensável para a saúde individual e social. O confinamento da sexualidade no modelo patriarcal heteronormativo e nas categorias de gêneros supostamente universais é a base do confinamento da força vital em todos os demais domínios de atividade humana. Ao ignorar os processos de singularização em curso nas insurgências que vêm agitando

esse domínio, as esquerdas neutralizam seus efeitos de transmutação das políticas de subjetivação hegemônicas e as mudanças das formas de existência individuais e coletivas que deles resultam. Em suma, o que é ignorado e neutralizado é a potência do combate micropolítico de que tais movimentos são portadores. Ainda que algumas das correntes reconheçam e valorizem a existência desses movimentos, elas tendem a reduzi-los à questão da desigualdade, remetendo o foco de sua insurreição à luta interna às relações de poder, seguindo seu modelo de luta de classes. Isso manifesta-se igualmente no mundo acadêmico, onde uma parcela dos intelectuais das distintas esquerdas mantém seu trabalho de pensamento submetido à perspectiva dominante nesse campo: reduzir a investigação à esfera macropolítica. Isso faz com que uma parte significativa da produção universitária tenda a reduzir-se a um conjunto de elucubrações estéreis. É o caso da tendência em certas análises acadêmicas sobre o atual estado de coisas que ficam girando obsessivamente em torno da questão da crise da democracia, tendo como foco o Estado e a pergunta de como reformá-lo para melhor representar o povo.

A limitação do horizonte das esquerdas à esfera macropolítica vem do fato de que, ao permanecer sob o domínio dos modos de existência hegemônicos, sua subjetividade tende a reduzir-se à experiência como sujeito, assim como tende a reduzir ao sujeito a subjetividade de seus outros; daí sua impossibilidade de alcance da esfera micropolítica. Em última análise, a razão da impotência das esquerdas face aos novos desafios é a política de subjetivação que nelas tende a prevalecer: uma política guiada pelo inconsciente colonial-capitalístico. É precisamente isto o que impede que o foco de seu combate abranja esse terreno.

Já é um grande passo reconhecermos esse fato, ao invés de permanecermos paralisados, lamentando melancolicamente a impotência das esquerdas perante a nova dobra do capitalismo ou nossas frustrações com os governos sob seu domínio no passado ou no presente. Porém, não basta constatá-lo, cabe a nós darmos um passo adiante: explorar pragmática e teoricamente a esfera micropolítica, pois sem a reapropriação da vida não há possibilidade de uma transformação efetiva da situação a que chegamos hoje e tampouco a transvalorização de seus valores. Impõe-se igualmente a tarefa de explorarmos as diferenças entre, de um lado, esse protesto pulsional dos inconscientes (insurreição micropolítica),<sup>11</sup> cujo objetivo é liberar a vida de sua expropriação e, de outro, o protesto programático das consciências, cujo objetivo é ampliar a igualdade de direitos (insurreição macropolítica).<sup>12</sup> E, mais do que isso, é imprescindível explorar teórica e pragmaticamente a inextrincável conexão entre ambas, de modo a ajustar o foco de nossas estratégias de insurreição em ambas as esferas. O que segue são algumas anotações nessa direção.

<sup>11</sup> A ideia de acrescentar a qualificação de “pulsional” ao “protesto dos inconscientes”, sugerido por Deleuze e Guattari, tem sua origem na noção de “inconsciente pulsional” e seus desdobramentos, tal como propostos pelo psicanalista e teórico brasileiro João Perci Schiavon. Ver referências bibliográficas deste autor na nota 7 do primeiro ensaio publicado aqui: “O inconsciente colonial-capitalístico”.

<sup>12</sup> A ideia de um “protesto dos inconscientes” foi proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari em 1972, com o humor que é peculiar a estes autores. Ver nota 1 do primeiro ensaio publicado aqui: “O inconsciente colonial-capitalístico”.

## Em que diferem, afinal, as insurreições macro e micropolítica?

Examinemos então, ponto por ponto, as insurreições em cada uma dessas esferas. Sendo na micropolítica que, nesse momento, a vida nos impõe uma exigência maior de decifração de seus mecanismos e de refinamento dos modos de ação frente a eles, nosso maior desafio está em desenvolver ferramentas apropriadas ao trabalho implicado na descolonização do inconsciente – matriz da resistência micropolítica. Por essa razão, essa esfera da insurreição receberá uma atenção mais demorada na maior parte dos sete pontos escolhidos para a análise a que nos propomos a seguir.

### 1) Foco

**Macropolítica** (um foco visível e audível que situa-se no âmbito do sujeito):

Como vimos, o foco da insurreição macropolítica é a desigualdade na distribuição de direitos na cartografia das formas de sociedade estabelecidas pelo regime colonial-capitalístico. Em outras palavras, seu alvo é a assimetria própria às relações de poder que se manifestam não só entre classes sociais, mas também nas relações de raça, gênero, sexualidade, religião, etnicidade, colonialidade. Tomá-las como objeto de luta engloba o Estado e suas leis que sustentam tais assimetrias.

**Micropolítica** (um foco invisível e inaudível que situa-se na tensão entre o sujeito e o fora-do-sujeito):

Também como já vimos, o foco da insurreição micropolítica é o abuso perverso da força vital de todos os elementos

da biosfera (composto pela vida do conjunto de seres vivos que habitam o planeta, inclusive os humanos), bem como dos outros três planos do ecossistema planetário, indispensáveis para a composição e manutenção da vida. Tal abuso é a medula micropolítica do regime colonial-capitalístico. A hegemonia dessa dinâmica micropolítica constitui uma patologia altamente agressiva com graves sequelas não só para o destino da humanidade, mas para o do planeta como um todo, já que afeta os quatro planos de seu ecossistema.

## 2) Agentes em potencial

### **Macropolítica** (apenas os humanos)

Só os humanos são agentes em potencial da insurreição macropolítica, principalmente aqueles que ocupam posições subalternas na trama social – embora a consciência da injustiça social decorrente da assimetria de direitos, assim como a vontade de combatê-la, surja igualmente entre os que ocupam posições soberanas nas relações de poder.

### **Micropolítica** (humanos e não humanos)

Os agentes em potencial da insurgência micropolítica são todos os elementos da biosfera que se insurgem face à violência contra a vida. No entanto, há entre os elementos humanos e não humanos diferenças de dinâmicas de resposta a essa violência, pois diferem as dinâmicas de sua força vital. Os não humanos captam a anemia vital resultante de seu abuso e, diante disso, criam transfigurações que lhe permitem retomar seu pulso. Por exemplo, um rio que seca pelo excesso de lixo colonial-cafetinístico e que, diante disso, se insurge deslocando-se para o subterrâneo, onde encontra a

possibilidade de voltar a fluir, agora protegido de tais efeitos venenosos;<sup>13</sup> ou ainda árvores que florescem antes da primavera, rebelando-se contra o risco de esterilidade que pode decorrer do acúmulo de poluição.<sup>14</sup>

Já no elemento humano, como a resposta ao abuso depende da política de desejo dominante em cada contexto, esta varia segundo as diferentes culturas. Na cultura do regime colonial-capitalístico em suas várias dobras, como vimos, a redução da subjetividade à sua experiência como sujeito, inseparável do abuso da pulsão, gera um trauma diante do qual tende a prevalecer a resposta reativa – base da política hegemônica de subjetivação nesse regime. Como já referido, interpretamos o estado de fragilidade em que tal abuso nos coloca como sinal de nossa falência (egoica, existencial e social), o que nos apavora, e face a esse perigo imaginário tende a prevalecer a resposta reativa. O desejo então agarra-se ao *status quo*, agindo assim contra a perseverança da vida, ao invés de operar a seu favor. As formações do inconsciente no campo social que disso decorrem são responsáveis pelo surgimento das hordas de zumbis que têm povoado o planeta cada vez mais assustadoramente.

Mas quando o desejo logra responder ativamente ao trauma do abuso, ele se potencializa e busca agir tendo em mira a descolonização do inconsciente, procurando desviar a pulsão vital do destino no qual sua cafetinagem a mantém

13 Isto de fato aconteceu no Rio Doce, na aldeia Krenak, situada à sua margem esquerda, no município de Resplendor. Algum tempo depois dessa parte do rio ter ficado aparentemente morta, pelo impacto devastador de seu abuso pela Vale, descobriu-se que havia voltado a fluir, caudaloso, sob a terra. Ver Ailton Krenak, “Em busca de uma terra sem tantos males”. In: *O lugar onde a terra descansa*, Rio de Janeiro: Núcleo de Cultura Indígena, 2000.

14 Tal fenômeno tem acontecido, nos últimos anos, na cidade de São Paulo.

confinada. A subjetividade ganha então a possibilidade de habitar simultaneamente o sujeito e o fora-do-sujeito, em busca de retomar em suas mãos o poder de decidir o destino da pulsão, reassumindo assim sua responsabilidade ética perante a vida – é nesse processo que nos tornamos agentes da insurgência micropolítica. Partindo do princípio de que a descolonização do inconsciente implica necessariamente o terreno de nossas relações, das mais íntimas às mais distantes, os efeitos de qualquer gesto nessa direção são coletivos.

Como na micropolítica estamos todos sob o domínio do regime de inconsciente colonial-cafetinístico, ser agente da insurgência nessa esfera independe de nosso lugar na cartografia social, econômica e cultural e da posição que ocupamos nas relações de poder – seja ela de soberania ou de subalternidade, em seus diferentes graus –, por mais estranho que isso possa nos parecer do ponto de vista macropolítico e, mais estranho ainda, quando nosso horizonte reduz-se a essa esfera.

Mas, por outro lado, é evidente que, como tudo que é vivido no plano das formas e seus códigos é indissociavelmente vivido no plano das forças que as animam e também as desordenam, as distintas posições nas relações de poder na esfera macropolítica (relações de classe, raça, etnia, gênero etc.) têm seus efeitos na esfera micropolítica. Porém, não há qualquer simetria ou paralelismo entre os agentes potenciais da insurgência em cada uma dessas esferas. Se na esfera macropolítica estes se distribuem em uma cartografia organizada em pares binários, sendo o polo subalterno o agente por excelência da insurreição, a lógica de sua distribuição no diagrama de forças próprio da esfera micropolítica é outra e pode surgir de qualquer lugar na trama social, já que estamos todos sob o domínio do inconsciente colonial-cafetinístico.

Em que tenderiam então a distinguir-se os efeitos micropolíticos do abuso da pulsão nas subjetividades que, na esfera macropolítica, ocupam respectivamente o lugar de subalternos e de soberanos?

Do lado dos subalternos, sofrer opressão, exploração e exclusão (as quais situam-se na esfera macropolítica) produz no sujeito a experiência de que sua existência não tem valor, o que lhe gera um intolerável sentimento de humilhação. Isto tem um efeito traumático na esfera micropolítica: a tendência a machucar mais ainda sua pulsão vital já debilitada pelo medo do colapso de si provocado pelo abuso. Os traumas de classe, de raça e de etnia estão entre os mais graves e difíceis de superar, porque não param de se reproduzir do começo ao fim da existência do indivíduo, de sua família e de sua comunidade. Mais do que isso, tais traumas têm início antes mesmo do nascimento, já que são herdados dos ancestrais e inscritos no DNA desde as experiências longínquas da colonização e da escravidão, do exílio forçado que estas implicaram, do extermínio daqueles que não se adaptaram a essa forma extrema de poder ou dos que morreram de banzo por não tolerá-la. O mais grave é que esses traumas herdados não param de se reatualizar, continuando a reproduzir-se até hoje. O duplo trauma – o medo do colapso gerado pelo abuso e o terror da humilhação gerado pela desqualificação do lugar que lhe é atribuído na sociedade – coloca a vida num tal grau de ameaça à sua integridade que as respostas do desejo, das mais ativas à mais reativas, tendem nesse caso a intensificar-se. A resposta reativa é uma estratégia de defesa psíquica que se origina de um enrijecimento dos obstáculos da subjetividade para acessar seu saber-do-vivo, no intuito de proteger-se do efeito tóxico do trauma. Isto tende a impedir o desejo de agir na direção de livrar-se da colonização

do inconsciente, o que pode levar a uma submissão ainda maior tanto ao abuso da pulsão quanto à opressão (a parcela das classes desfavorecidas que apoia fervorosamente figuras como o deputado federal Jair Bolsonaro ou que reivindica a volta da ditadura militar são exemplos eloquentes desse tipo de reatividade). Mas a mesma ameaça à integridade pode, ao contrário, gerar uma resposta ativa: impulsionar os subalternos a reconectar-se com o saber-do-vivo por uma questão de vida ou morte. Isto os leva a buscar rasgar o véu das narrativas fantasmáticas construídas a partir de seu duplo-trauma que mascaram a causa de seu mal-estar, deturpando sua visão da realidade, movidos pelo impulso de retomar as rédeas da pulsão vital em suas mãos. Quando isto acontece, eles tendem a atingir um alto grau de lucidez e ganham mais força não só para resistir micropoliticamente tanto ao abuso como à humilhação, mas também para sua luta macropolítica contra a opressão, a exploração e a exclusão.

Enquanto que, do lado do soberano, pelo fato de que o medo do colapso oriundo do trauma do abuso da pulsão não venha acompanhado pela experiência traumática da humilhação de classe e/ou de raça, o som do alarme é menos estridente em sua subjetividade e, conseqüentemente, é menor o grau de alerta de ameaça à vida que o alarme anuncia. A resposta do desejo, nesse caso, oscila igualmente na gama de micropolíticas entre os dois extremos de destinos possíveis de sua pulsão. Sua resposta reativa origina-se na diminuição do impulso do desejo a insurgir-se, o que pode levar à vitória de uma micropolítica de submissão de sua pulsão vital à vontade oriunda de sua experiência como sujeito, mesmo que esse seja (macro)politicamente correto. Tal tendência reativa intensifica-se pelo conforto material e narcísico de seu lugar de soberania nas relações de poder (o oposto do

desconforto do lugar que o subalterno é levado a ocupar). Isto faz com que sua subjetividade se apegue mais ferrenhamente às formas estabelecidas, por medo de perder seus privilégios materiais, que ela tende a confundir com um suposto privilégio vital de seu modo de existência. Tal equívoco sustenta-se no imaginário da sociedade colonial-capitalística, que considera esse modo de existência como o ideal e ao qual todos deveríamos aspirar, quando de fato é próprio de uma vida estéril e que, portanto, não corresponde a privilégio de espécie alguma; ao contrário, é pateticamente miserável. Nisto o soberano diferencia-se do subalterno que, nessa esfera macropolítica, não tem nada a perder; ao contrário, só tem a ganhar. Mas o mesmo fato de que o grau de alerta seja menor em sua subjetividade pode, ao contrário, ampliar as condições psíquicas para que ela não sucumba ao trauma e o desejo ganhe um impulso para enfrentá-lo micropoliticamente, reconectando-se com o saber eco-etológico em busca de livrar a pulsão de seu abuso. Nesse caso, suas condições materiais podem inclusive favorecer a mudança, ao invés de brecá-la. O desejo tende então a agir na direção de práticas criadoras. Nas classes favorecidas, à quais pertencem tais subjetividades, tais práticas tendem a manifestar-se prioritariamente na arte. Mas hoje elas têm se manifestado cada vez mais também nas transfigurações dos modos de existência e nos movimentos ativistas que se insurgem nos vários domínios das relações nos âmbitos de gênero, sexualidade, raça, etnia etc. – embora, pelas razões acima apontadas, quando tais transfigurações e movimentos se dão nas periferias dos centros urbanos elas tendam a ganhar especial ousadia.

No campo específico das práticas artísticas, é nesse contexto que a questão das relações entre arte e política voltou recentemente à baila com renovada urgência e radicalidade

diante da grave situação mundial. Mas agora, o foco passa a estar menos nas obras e seu desafio de problematizar o sistema da arte em seu próprio interior, como o era nos anos 1960, e mais nas seguintes perguntas: como resistir à cafetinação da potência de criação na arte, sua potência micropolítica? E, para além do âmbito institucional da arte, como estratégias artísticas podem intervir na vida social, instaurando espaços para processos de experimentação, sua proliferação, seus devires? E, mais radicalmente ainda, como contribuir para liberar a potência de criação de seu confinamento na arte?

É evidente que no âmbito das subjetividades não há generalizações possíveis; as figuras acima desenhadas de reação ao abuso, sejam elas as dos subalternos ou dos soberanos, misturam-se em diferentes graus compondo políticas de desejo que variam ao longo da existência. Em suma, as dinâmicas na esfera micropolítica são mais complexas e paradoxais do que as das posições que cada um ocupa macropoliticamente na sociedade. Nada garante que os subalternos sejam todos eles, por princípio, agentes em potencial da insubordinação micropolítica, já que sua subjetividade pode estar sob o feitiço do inconsciente próprio ao regime dominante, mesmo que o combatam macropoliticamente. E vice-versa: o soberano pode tornar-se eventualmente seu agente, quando quebra-se em sua subjetividade o feitiço dos valores oriundos desse tipo de inconsciente que regem a dinâmica de suas identificações, mesmo que do ponto de vista macro não vá além do politicamente correto.

### 3) O que move seus agentes

#### **Macropolítica**

O que move os agentes da insurreição macropolítica é a vontade de “denunciar” em palavras e ações as injustiças próprias à distribuição de direitos nas formas de mundo vigentes. O que querem com tais denúncias é “conscientizar” a sociedade através da transmissão de informações e explicações, para “mobilizar” (sobretudo os subalternos) por meio da identificação a agir nessa direção. Em suma, o que os move é a vontade de “empoderar” os subalternos, assim como os movimentos macropolíticos e sua organização, engrossando o caldo de sua força para que consigam instaurar uma distribuição de direitos mais igualitária.

#### **Micropolítica**

O que move os agentes da insurreição micropolítica é a vontade de perseverança da vida que, nos humanos, manifesta-se como impulso de “anunciar” mundos por vir, num processo de criação e experimentação que busca expressá-los. Performatizado em palavras e ações concretas portadoras da pulsação desses gérmenes de futuro, tal anúncio tende a “mobilizar outros inconscientes” por meio de “ressonâncias”, agregando novos aliados às insubordinações nessa esfera. Os novos aliados, por sua vez, tenderão a lançar-se em outros processos de experimentação, nos quais se performatizarão outros devires do mundo, imprevisíveis e distintos dos que os mobilizaram.

#### 4) Intenção

##### **Macropolítica** (empoderamento do sujeito)

A intenção de insurgir-se macropoliticamente é o “empoderamento” do sujeito: libertar-se da opressão política, da exploração econômica e da exclusão social; sair do silenciamento e da invisibilização, para ocupar afirmativamente um “lugar de fala” dignamente ouvida e um “lugar de existência” dignamente reconhecida. Como a insurreição nessa esfera visa promover uma redistribuição mais igualitária das posições nas relações de poder, sua intenção de empoderar o sujeito tem como meta, em última instância, levar à instauração de um Estado mais democrático.

##### **Micropolítica** (potencialização da vida)

A intenção de insurgir-se micropoliticamente é a “potencialização” da vida: reapropriar-se da força vital em sua potência criadora. Nos humanos, a reapropriação da pulsão depende de reapropriar-se igualmente da linguagem (verbal, visual, gestual, existencial etc.), o que implica em habitar a linguagem nos dois planos que a compõem: a expressão do sujeito e a do fora-do-sujeito que lhe dá movimento e a transforma. Isso depende de lançar-se num processo de experimentação movido pela tensão do paradoxo entre ambos – o que é indispensável para que a pulsão possa guiar o desejo em direção a conexões que lhe permitam criar algo no qual ela encontre sua expressão. Nesse processo de experimentação – em que se criam palavras, imagens, gestos, modos de existência, de sexualidade etc. –, os mundos ainda em estado larvar que se anunciam ao saber-do-vivo tornam-se sensíveis.

Em última instância, há duas diferenças fundamentais entre as intenções dos combates micro e macropolítico. A

primeira é que expressar em palavras e ações vivas os mundos que se anunciam (o que é próprio da micropolítica) é distinto de explicar a desestabilização que estes provocam; a experimentação ativa requer “implicação” nessa emergência e não uma “explicação” que nos proteja, nos aliviando ilusoriamente. Essa é a condição para que o movimento pulsional se complete em seu destino ético, produzindo um acontecimento. A segunda é que “potencializar a vida” é distinto de “empoderar o sujeito”, uma intenção própria à esfera macropolítica da insurreição. Ambas as intenções são importantes e complementares. O problema é quando se visa apenas o empoderamento – desconsiderando a potencialização vital que depende da implicação que o saber-do-vivo anuncia –, pois isso nos faz permanecer cativos da lógica do próprio sistema que buscamos combater.

Diferenciar ambas intenções é especialmente indispensável para os corpos considerados de menor valor no imaginário social – como o corpo do pobre, do trabalhador precarizado, do refugiado, do negro, do indígena, da mulher, do homossexual, do transexual, do transgênero etc. Quando a insurgência desses corpos abarca um desejo de potência, além da necessidade de empoderamento, é mais provável que o movimento pulsional encontre sua expressão singular e dele resultem transmutações efetivas da realidade individual e coletiva, inclusive em sua esfera macropolítica.

#### 5) Critérios de avaliação das situações

##### **Macropolítica** (critério moral)

O critério macropolítico para avaliar as situações é exclusivamente racional, guiado pelo juízo moral próprio ao sujeito:

o que orienta as escolhas e ações nessa esfera é uma “bússola moral”. Sua agulha aponta para sistemas de valores dos modos de existência vigentes: aqueles com os quais cada subjetividade se identifica em sua experiência como sujeito e dos quais se utiliza para situar-se no campo social.

#### **Micropolítica** (critério pulsional e sua ética)

O critério para avaliar as situações na esfera micropolítica é “pulsional”: o que orienta nossas escolhas e ações nessa esfera é uma “bússola ética”. Sua agulha aponta para aquilo que a vida pede como condição para perseverar a cada vez que se vê debilitada por sua asfixia nos modos de existência vigentes e seus valores que, quando isto ocorre, perdem seu sentido. Em suma, o critério micropolítico para decifrar as situações é guiado pelo poder de avaliação próprio aos afetos, o que se acessa na experiência fora-do-sujeito.

### **6) Modos de operação**

#### **Macropolítica** (por negação)

É “por negação” que se opera a insurreição na esfera macropolítica: trata-se de estratégias de “combate contra” os opressores e as leis que sustentam seu poder em todas suas manifestações na vida individual e coletiva. Esta é a condição para subverter a distribuição de posições no interior das relações marcadas pela opressão e a exploração. Se o combate aqui opera pela via da oposição é porque são, de fato, opostos os interesses dos dois polos em luta nas relações de poder, sendo, portanto, “dialética” a dinâmica da luta entre eles.

#### **Micropolítica** (por afirmação)

É “por afirmação” que se opera a insurgência na esfera micropolítica: trata-se de um “combate pela” vida em sua essência germinativa. Um combate que consiste em buscar não ceder ao abuso da pulsão, o que depende de um longo trabalho de travessia do trauma que tal abuso provoca – cujos efeitos são a despotencialização da força vital que decorre de sua violação e prepara o terreno para sua cafetinagem. O objetivo desse modo de operação próprio do combate micropolítico é que se consiga neutralizar esses efeitos do trauma do abuso o máximo que se puder a cada momento e face a cada situação. Resistir ao abuso é a condição para desarticular o poder do inconsciente colonial-capitalístico em nossa própria subjetividade, o qual nos faz permanecer enredados nas relações de poder, seja na posição de subalterno (mesmo quando nos insurgimos macropoliticamente contra ela) ou de soberano (mesmo que sejamos os mais macropoliticamente corretos).

Tomemos como exemplo o combate das mulheres. É indispensável e inadiável que a mulher se insurja contra a desigualdade nas relações de gênero. No entanto, se ela busca sair de seu lugar subalterno insurgindo-se apenas nessa esfera, macropolítica, nada garante que sua subjetividade recupere sua plena existência, pois isso depende de que ela se reaproprie da pulsão, cujo destino lhe foi sequestrado por essas mesmas relações de poder. Se ela não se insurge igualmente nessa esfera, micropolítica, é provável que ela continue se mantendo dependente do olhar do homem para se sentir existindo e, com isso, ela não só permaneça cativa da cilada da dominação masculina e do abuso machista, mas o alimente com seu próprio desejo. Em outras palavras, ao não incorporar a esfera micropolítica ao combate, este tende a ficar prisioneiro de uma lógica de oposição ao homem. A luta da

mulher torna-se então uma disputa de poder que toma o personagem masculino da cena machista como única referência para sua identificação e, com isso, mantêm-se a hegemonia desse personagem e a própria cena – precisamente o que a mulher visava em seu combate macropolítico.

A cena do machismo, como a de toda e qualquer relação de poder, é desempenhada por dois personagens: o opressor e o oprimido, ambos implicados em sua dinâmica e por ela responsáveis. Para desarticlar tais relações, o oprimido tem que desertar seu papel no roteiro do abuso – seja este o de vítima do opressor ou, na melhor das hipóteses, o de seu mero opositor –, transfigurando-se em outro(s) personagem(ns) ou simplesmente abandonando a cena. Quando isso acontece, o personagem do opressor, seu parceiro de cena, fica falando sozinho e a cena não tem mais como continuar existindo. Não será precisamente essa operação insurrecional micropolítica o que vem sendo introduzido pelos movimentos atuais acima mencionados, sobretudo nas relações de poder nos âmbitos de raça, sexo e gênero?

Mas o que acontece com o personagem no qual se encontra confinado o opressor quando ocorre essa transfiguração do personagem do oprimido na cena das relações de poder? Retomemos o exemplo do teatro machista. Diante da angústia que a desestabilização da cena provoca no homem, na qual até então ele tinha seu lugar garantido e podia repetir seu personagem *ad infinitum*, são várias as suas possíveis respostas. Se a política do desejo que conduzir sua resposta for ativa – o que vem acontecendo cada vez mais, embora ainda minoritariamente –, tal experiência pode impulsioná-lo a fazer o mesmo movimento que levou o personagem da mulher a transmutar-se: superar sua desconexão com o extrapessoal, assim como sua impossibilidade de sustentar-se na tensão

entre o pessoal e o extrapessoal para deixar-se guiar pelos efeitos da cena em seu corpo. A partir daí, também ele buscará recriar a si mesmo orientado pelos afetos de sua interação com o(s) novo(s) personagem(ns) da mulher que com ele contracena(m), tornando-se, como ela, um agente da insurgência micropolítica. E, nesse caso, o(s) novo(s) personagem(ns) da mulher, por sua vez, tenderá(ão) a se transmutar a partir dos afetos dessa nova dinâmica de interação e assim por diante. Nessa dança, pode surgir um novo roteiro, no qual a política de desejo que orienta os personagens e a dinâmica de sua relação já não estejam submetidas ao inconsciente colonial-cafetinístico, levando à formação de um outro regime de inconsciente e à consequente instauração de novas cenas na paisagem social, já distantes do machismo. Mas é óbvio que o cancelamento do teatro machista e a impossibilidade do personagem masculino de seguir atuando no papel de opressor pode levá-lo, igualmente, a uma resposta reativa, violenta, movida por sua exasperada vontade de conservar a cena e seu personagem na mesma a qualquer preço, por medo de colapsar. É esta, infelizmente, a tendência que vem não só prevalecendo, mas, inclusive, expandindo-se exponencialmente nos últimos tempos. Uma de suas manifestações mais óbvias é justamente o espantoso aumento do número de feminicídios, à medida que avança a insurgência feminista, principalmente nas regiões das ex-colônias, como a América Latina e a África – fenômeno que participa do conjunto de situações que causaram o tsunami do conservadorismo cada vez mais tacanho e cruel que tem devastado o planeta.

Em suma, há uma diferença fundamental entre os combates macro e micropolítico em suas respectivas abordagens das relações de poder: se a operação de resistência macropolítica visa redistribuir os lugares no interior das relações de poder,

a operação de insubordinação própria da esfera micropolítica visa, diferentemente, desmanchar tais relações, dissolvendo seus personagens, seus respectivos papéis e a própria cena. Combater a cafetinagem da pulsão, medula do inconsciente colonial-capitalístico, implica construir para si um outro corpo, abandonando a carapaça de um corpo estruturado na dinâmica do abuso – como os gafanhotos abandonam seu exoesqueleto para que um outro corpo, ainda embrionário, possa germinar e tomar o seu lugar. E se esse combate se dá por afirmação e não por oposição, como é o caso na esfera macropolítica, é porque a dinâmica da tensão entre o pessoal e o extrapessoal não é dialética, mas paradoxal, e enfrentá-la implica ações afirmativas de um devir-outro dos personagens na cena das relações de poder.

Nessa operação micropolítica de combate as fronteiras entre política, clínica e arte tornam-se indiscerníveis. Sua dimensão clínica reside no fato de que o que se visa é livrar o inconsciente de sua patologia colonial-capitalística. Trata-se de uma busca por “curar” a vida o mais possível de sua impotência, seqüela de seu cativeiro na trama relacional do abuso que aliena a subjetividade das demandas vitais e mantém o desejo refém do regime dominante em sua essência cafetina. E se tal operação de cura é indissociável da operação artística é porque ela só se completa com a criação de novos modos de existência que performatizam as demandas vitais, realizando assim a germinação dos embriões de mundo que pulsam nos corpos. Em última análise, cada gesto de insurreição micropolítica é, nele mesmo, um movimento de resurreição da vida.

Se qualificamos de “operação artística” a criação de novos modos de existência que dão corpo para as demandas vitais é porque na cultura moderna ocidental, própria do regime

colonial-capitalístico, o exercício da força de criação encontra-se confinado numa atividade específica que se convencionou chamar de “Arte”, cuja institucionalização data de pouco mais que dois séculos. Sendo assim, é inerente ao modo de operação micropolítico buscar libertar esse exercício o mais que se puder desse seu confinamento, o suficiente para que ele se reative nas demais práticas da vida social. E que se reative, inclusive, nas próprias práticas artísticas pois, sob o capitalismo financeirizado, tal exercício passou a ser quase impossível também nesse campo. É que nessa nova dobra do regime, a arte tornou-se uma fonte privilegiada para a cafetinagem da potência vital de criação: hoje, até mesmo nesse campo, manter essa força direcionada a seu destino ético tornou-se um desafio frente ao poder do abuso colonial-capitalístico em todos nós, inclusive nos artistas. Tal abuso consiste não só em neutralizar a potência de criação reduzindo-a à criatividade, mas também em usá-la como signo de pertencimento às elites transnacionais a ser ostensivamente exibido. Ser colecionador, conhecer uma meia dúzia de nomes de artistas e curadores que estejam na crista da onda do mercado, frequentar *vernissages* e feiras de arte e fazer turismo nas grandes exposições internacionais pelo mundo passou a constituir um elemento essencial do glamour projetado sobre a estéril existência de tais elites, glamour que lhes dá um *plus* de sedução e aumenta o poder de seu *self-brand* no mercado. Além dessas vantagens micropolíticas que a arte lhes traz e de seus efeitos em seu poder macropolítico, esta tornou-se mais do que nunca um terreno privilegiado para a especulação e a lavagem de dinheiro.

## 7) Modos de cooperação

**Macropolítica** (via reconhecimento identitária para construir movimentos organizados e/ou partidos políticos)

É pela construção de “movimentos organizados e/ou partidos políticos” que se coopera na insurreição macropolítica, cujos agentes se agrupam “via reconhecimento identitária”. Trata-se de uma construção programática, que se faz a partir de um plano de ações previamente definido, visando a um fim relativo a uma mesma reivindicação (o que na esfera macropolítica consiste numa demanda concreta) e em função de uma mesma posição (subalterna) num determinado segmento da vida social. Nessa posição, que pertence à esfera da “pessoa” na experiência subjetiva (o sujeito), desenha-se um suposto contorno identitário que dá a liga para a necessária agrupação por meio da identificação. Vários desses segmentos podem unir-se num só movimento (em torno de reivindicações que implicam, por exemplo, gênero, raça e classe), assim como movimentos de diferentes segmentos podem juntar-se em torno de uma causa que diz respeito a todos. Este é um modo de cooperação que gera força de pressão para viabilizar uma reversão efetiva nas relações de poder no plano institucional (o que inclui o Estado e suas leis, mas não se reduz a ele). O tempo desse combate em cada campo visado é cronológico, encerrando-se quando seu objetivo é alcançado; no entanto, o movimento segue organizado para fazer face a novos alvos de luta.

**Micropolítica** (via ressonância entre frequências de afetos para a construção do “comum”)<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Ver, a respeito da noção de comum aqui proposta, a nota 6 do primeiro ensaio publicado aqui: “O inconsciente colonial-capitalístico”.

É pela construção do comum que se coopera na insurgência micropolítica, cujos agentes se aproximam “via ressonância intensiva”<sup>16</sup> que se dá entre frequências de afetos (emoções vitais). Trata-se de tecer múltiplas redes de conexões entre subjetividades e grupos que estejam vivendo situações distintas, com experiências e linguagens singulares, cujo elemento de união são embriões de mundo que habitam os corpos que delas participam, impondo-lhes a urgência de que sejam criadas formas nas quais tais mundos possam materializar-se completando assim seu processo de germinação. Isto só é possível num campo relacional e desde que nele prevaleçam desejos que buscam guiar-se por uma bússola ética, o que faz com que o resultado de suas ações seja necessariamente singular.

Criam-se com isso territórios relacionais temporários, variados e variáveis. Nesses territórios se produzem sinergias coletivas, provedoras de um acolhimento recíproco que favorece os processos de experimentação de modos de existência distintos dos hegemônicos, valorizando e legitimando sua ousadia. Tais experiências coletivas tornam mais possível o trabalho de travessia do trauma resultante da operação perversa do regime colonial-capitalístico, que confina as subjetividades nas formas

<sup>16</sup> “Ressonância” é distinto de “empatia”, outra palavra por demais desgastada em nossa cultura, que reduziu seu uso ao compartilhamento de opiniões, ideologias, sistemas de valor e sentimentos (emoções psicológicas) ou, mais precisamente, “bons sentimentos” – ou seja, um compartilhamento restrito à esfera do sujeito. Ainda no âmbito da redução do uso do termo empatia à esfera macropolítica e aos bons sentimentos, é sua atual inserção no léxico de atitudes politicamente corretas, as quais denegam as tensões próprias da relação com a alteridade e não implicam uma exigência de ação efetiva e tampouco de transformação de si a partir dos efeitos reais do outro (emoções vitais). Em suma, o termo empatia vem sendo usado em atitudes que denegam a esfera micropolítica, daí sua inadequação para designar aquilo que viabiliza a cooperação nessa esfera.

e valores dominantes, marcadas pela expropriação do movimento pulsional. Como tal superação implica um trabalho sem fim, o importante aqui é que ela atinja em cada situação um limiar que permita que a força vital criadora se libere, pelo menos suficientemente, de sua cafetinagem. Esta é a condição para que se logre compor um corpo individual e coletivo que resista à cafetinagem da vida e seja capaz de a repelir – é nesta composição que reside o significado da expressão “construção do comum”, tal como aqui proposta.

De tais reapropriações coletivas da pulsão depende a possibilidade de constituição de campos favorecedores da emergência de um “acontecimento” – isto é, a emergência de uma transfiguração efetiva na trama social. Esta resulta da germinação dos embriões de mundos que ressoaram entre os corpos e os levaram a unir-se, produzindo um ninho para o nascimento de outros modos de existência e suas respectivas cartografias.

Em suma, são totalmente distintos os modos de cooperação próprios às insurreições macro e micropolíticas. Aqui também, ambos são indispensáveis e complementares. Os acontecimentos são o resultado dos processos de criação próprios da insurgência micropolítica, diferentemente das ações insurrecionais macropolíticas, as quais partem de um fim pré-definido. Se o modo de cooperação destas últimas gera uma força de pressão para viabilizar uma “distribuição de direitos mais justa” na cartografia em curso, o modo de cooperação micropolítico gera uma força de “metamorfose transindividual”<sup>17</sup> que cria novas cartografias, nas quais se plasma o direito à vida. Além disso, juntar-se por “ressonância”

17 Ver, a respeito da ideia de “força de transformação transindividual”, Brian Massumi, *O Que os Animais nos ensinam sobre a Política*, São Paulo: n-1 edições, 2017.

é distinto de fazê-lo por “identificação”. Ambos os elos são importantes; o problema é quando a subjetividade se confina no contorno identitário, reduzindo-se a ele. Tal redução tende a interromper os processos de subjetivação impulsivados pela tensão entre o pessoal e o extrapessoal, decorrente dos efeitos das forças do outro na esfera micropolítica quando estes extrapolam os contornos identitários e ameaçam dissolvê-los. Interrompidos tais processos, não há possibilidade de uma transformação efetiva da realidade, já que não haverá metamorfoses das políticas de subjetivação e dos novos modos de existência que com elas se criariam.

### **Descolonizar o inconsciente: matriz da insurreição micropolítica**

Em vista do novo estado de coisas, torna-se inadiável aliar-mos o protesto programático das consciências ao protesto pulsional dos inconscientes. Como aqui se tem insistido reiteradamente, a desarticulação entre ambas as esferas de combate, macro e micropolítica, só contribui para a reprodução infinita do *status quo*. Mais grave ainda é quando se estabelece entre seus agentes uma conflitiva polaridade, na qual há uma demonização recíproca em torno do que seria a suposta “verdadeira atitude revolucionária”. Um tipo de relação que, infelizmente, esteve bastante presente nos levantes dos anos 1960 e 1970, causando muitos mal-entendidos, muita despotencialização e muita dor. É que “verdade” e “revolução” são conceitos criados no âmbito da política de produção de uma subjetividade antrope-falo-ego-logocêntrica, própria da cultura moderna ocidental colonial-cafetinística. Nosso desafio está, portanto, em superar em nós mesmos a nefasta

dicotomia entre micro e macropolítica, buscando articulá-las em todos os campos relacionais de nossa cotidianidade e de nossos movimentos insurrecionais coletivos.

Para lograr enfrentar este desafio é preciso antes de mais nada refinar nosso diagnóstico do regime de inconsciente hegemônico e seus efeitos tóxicos na existência individual e coletiva, desde uma perspectiva ética. Isto depende da indissociabilidade de um trabalho teórico transdisciplinar e uma pragmática clínico-estético-política. O objetivo é criar instrumentos pragmático-conceituais adequados para a descolonização do inconsciente, alvo da insurreição micropolítica. E se tal tarefa impõe-se hoje com máxima urgência, é porque o combate nessa esfera ainda está engatinhando. Este começou a insinuar-se mais amplamente há pouco mais de meio século – desde os anos 1950, após a Segunda Guerra Mundial. A experiência macabra desse triste episódio da história nos trouxe a intuição de que não basta insurgir-se macropoliticamente, pois a reatividade micropolítica pode chegar a altíssimos graus de violência contra a vida: genocídios de baciada com requintes de perversão inimagináveis. Ainda assim, é só duas décadas depois, nos anos 1960 e 70, com a geração nascida no pós-guerra, que eclodiu um movimento micropolítico disseminando-se intempestivamente por toda a trama social em várias regiões do planeta. A experiência de insurreição nesta esfera é, portanto, muito mais recente do que a que se dá na esfera macropolítica que temos vivido há um século e meio – desde a Comuna de Paris em 1871 –, e para a qual contamos com um acúmulo bem maior de experiências.

A descolonização do inconsciente envolve um trabalho sutil e complexo de cada um e de muitos que só se interrompe com a morte; ela nunca está dada de uma vez por todas. Mas a cada vez que se consegue dar um passo adiante nesta

direção é mais uma partícula do regime dominante em nós e fora de nós que se dissolve, e isto tem poder de propagação. É nestes momentos que a vida dá um salto e nos proporciona o gozo individual e coletivo de sua afirmação transfiguradora. Desejar este acontecimento de uma vida não cafetinada é o antídoto para a patologia do regime colonial-capitalístico que torna a vida genérica e nos faz desejar o gozo do poder – um gozo próprio de uma subjetividade reduzida ao sujeito, cuja cegueira nos leva a um miserável narcisismo devastador.